

7 JUN 1989

Mailson admite o atraso no pagamento da dívida externa

por Cesar Faccioli
do Rio

O Brasil não pode permitir que, a exemplo de outros países, as reservas cambiais se deteriorem a ponto de inviabilizar o controle do processo inflacionário. De olho na situação argentina, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, afasta o risco da dollarização da economia brasileira e afirma que o governo trabalha a situação das reservas com base na hipótese de um fluxo externo de recursos que permitam o pagamento dos juros e encargos da dívida externa. "Se este fluxo não se confirmar, teremos de estudar outras hipóteses", explica, admitindo os possíveis atrasos no pagamento dos juros, mas evitando o termo moratória.

Mailson, presente à Escola Superior de Guerra (ESG), para um debate sobre a situação econômica brasileira, citou duas vezes na entrevista a necessidade de evitar a exaustão das reservas cambiais. O ministro não informou o nível atual das reservas ou o limite a partir do qual o serviço da dívida poderia estar comprometido.

O País apresenta um saldo negativo no balanço de pagamentos com a maior parte dos organismos internacionais multilaterais

(FMI, BIRD, BID), e o desembolso da segunda parcela prevista no acordo com os bancos credores (de US\$ 600 milhões) está atrasado, o que alimenta a expectativa de um possível atraso nos pagamentos dos juros pela União, em represália. O medo desse atraso no pagamento dos juros foi um dos fatores que motivaram a queda do valor dos títulos da dívida brasileira no mercado secundário, explica o ministro.

O quadro atual da economia, de grande incerteza, impede um prognóstico plenamente otimista sobre as reservas e o risco de dollarização, na avaliação do ministro. Ele destacou as diferenças em favor do Brasil, quando comparado com a Argentina: o comportamento das exportações e a existência de indicadores confiáveis distintos do dólar. O Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), continuará como indexador do câmbio, apesar da presença dos preços no atacado em sua ponderação fazer com que ele possa ficar acima do IPC, indexador dos salários.

O ritmo das desvalorizações não deverá ser alterado, pois a Fazenda considera precipitada a indexação diária do câmbio ou dos títulos públicos, conforme



Mailson Ferreira
da Nóbrega

cogitado no Banco Central. O ministro negou a existência de um limite — 20% ao mês a partir do qual a indexação diária seria adotada.

DESEQUILÍBRIO

O ministro declarou que a dívida externa agrava o desequilíbrio fiscal do setor público, drena recursos necessários à retomada do investimento e gera pressões inflacionárias, mas não é o principal problema da economia. Mailson atacou a ideia que julga prevalecer no debate político sobre a dívida: de que a retirada do peso do endividamento externo permitiria rápida solução da crise. "Não existe solução milagrosa", advertiu.

A proposta do presidente Fernando Collor de Mello (PRN), de retirar o aval da União e permitir a negociação caso a caso pelos devedores foi duramente atacada pelo ministro da Fazenda. "A proposta revela o mais absoluto desconhecimento da relação com os credores: o aval da União é indispensável para os bancos, e sem ele municípios e estados não teriam sequer conseguido os empréstimos", explica. O ministro argumentou ainda com a necessidade de centralizar a negociação, para obter os dividendos decorrentes do ajustamento da economia.

A solução para a dívida externa, na avaliação do ministro, passa pela redução negociada do estoque e do serviço da dívida. O requisito para esse processo é a reorganização do Estado, limitado aos setores realmente indispensáveis, com a consequente redução do déficit público e da pressão sobre a poupança privada.

O ministro acredita que é muito difícil qualquer mudança profunda nos nove meses que restam de mandato ao presidente Sarney, e disse que a tarefa deste governo é completar a transição política, assegurando as eleições presidenciais e a entrada em vigor da nova Constituição.